BRASIL: TERRITÓRIO DA PRODUÇÃO SOCIAL DA ABUNDÂNCIA E DA ESCASSEZ

Patrício Aureliano Silva CARNEIRO[1]

Resumo

O presente artigo discute alguns fatores responsáveis pela produção e reprodução de uma nova geografia das desigualdades no Brasil. A apropriação desigual da técnica e da renda, forjada e viabilizada pela modernização da agricultura, pela concentração fundiária, pelo êxodo rural e metropolização da pobreza e pelos privilégios do Estado outorgados à agricultura de exportação, constitui a base da construção e da sustentação de uma nova escassez socialmente produzida no país.

Palavras-chave: Malthusianismo. Modernização Agrícola. Êxodo Rural. Políticas Agrícolas e Concentração de Renda.

Abstract

Brazil: territory of the social production of abundance and scarcity

This article discusses some factors responsible for the production and reproduction of a new geography of the inequalities in Brazil. The unequal appropriation of technique and income – forged and done by agriculture's modernization, by the agrarian concentration, by the rural exodus and metropolization of poverty and by the privileges of the State, which are aproved of exportation agriculture – constitutes the base of the construction and the sustentation of a new scarcity socially produced in this country.

Key words: Malthusianism. Agricultural Modernization. Rural Exodus. Agricultural Politics and Concentration of Income.

[1] Doutorando em Geografia Humana pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Rua Honório Garcês, n.º 386, Piranga (MG), CEP 36480-000. E-mail: patriciocarneiro@ufmg.br

O DEBATE DA RELAÇÃO POPULAÇÃO *VERSUS* RECURSOS ALIMENTARES

Na transformação do espaço pelo homem, existe, em cada época, um limite entre o possível e o impossível, determinado pelo avanço técnico. Segundo Braudel (1995), no período pré-industrial havia uma grande debilidade da ocupação e da alteração humana frente à natureza e os esforços da humanidade para transpor essa limitação em quase nada modificaram a influência direta do meio natural, as crises de abastecimento, a produção e a produtividade agrícolas. A vida cotidiana, marcada por um contexto de mortalidade elevada, estava permeada pela fome, explicada, principalmente, por adversidades climáticas, as quais impunham limites à produção de gêneros alimentícios.

Os homens lutavam contra a insuficiência de alimentos e contra as suas conseqüências, entre elas, as epidemias. Mas, a revolução agrária, iniciada na Inglaterra, trouxe uma série de avanços ao introduzir a rotação acelerada de culturas e novos cereais, além de melhorias nas propriedades físicas e químicas do solo, devido à integração da agricultura com a pecuária. Se por um lado, essa primeira mudança no campo gerou prosperidade econômica para os grandes proprietários, por outro, disseminou uma miséria jamais vista por grande parte da população rural, desencadeando, primitivamente, a separação do produtor dos meios de produção, processo estudado mais tarde, em profundidade, por Marx (1978) em sua obra *A Origem do Capital*.

O progresso econômico, a revolução das ferrovias, a expansão dos transportes rodoviários, o avanço na idade média do matrimônio, a redução da mortalidade urbana pelo desenvolvimento da medicina e da higiene e a queda da mortalidade infantil são alguns dos fatores que levaram ao crescimento da população mundial a partir de 1750, segundo Braudel (1995). A tensão demográfica, decorrente de profundas transformações nas estruturas sociais, nas quais os mais pobres passaram a sofrer menos com a mortalidade, produziu um grande afluxo populacional para os centros urbanos que não significou melhoria na qualidade de vida.

As calamidades contrastavam com a construção de grandes teorias sobre a perfectibilidade do homem, com as inesperadas descobertas, com a difusão do conhecimento e do espírito de pesquisa e com o novo horizonte político da Revolução Francesa. Na Europa, a pobreza evoluiu para um quadro grave de profunda miséria, agravada pela expropriação e proletarização camponesa, pelo acentuado êxodo rural e pelas condições climáticas desfavoráveis. Neste contexto de crescimento populacional acelerado (também decorrente da redução da mortalidade), Malthus publica, em 1798, seu *Ensaio sobre População*. Este autor apontou as limitações do quadro social, afirmando que a humanidade havia ultrapassado os limites de seus poderes. A miséria e a fome seriam as conseqüências, pois a terra não teria condições de produzir os meios de subsistência face o crescimento da população. No decorrer dos séculos XIX e XX, conforme Damiani (2002), alguns eventos/progressos colocaram em xeque a teoria de Malthus (tal como foi formulada) como: a) os progressos técnicos e científicos que incrementaram a produção e o transporte de víveres; b) e as reduções nas taxas de natalidade, em especial, nos países ricos.

No contexto atual, a solução do problema da fome não reside na ampliação sucessiva da produção de alimentos, como postulou Malthus há duzentos anos atrás, mas passa, obrigatoriamente, por políticas de redistribuição (de alimentos e, principalmente, de terra e de renda). Grande parte da população, por ser pobre, não dispõe de meios econômicos e técnicos para adquirir ou produzir os alimentos de que necessita.

Para Alexandratos (1999), pesquisador da FAO, o mundo tem apresentado progresso no que diz respeito à segurança alimentar, medido pela disponibilidade de alimentos por pessoa. Porém, esse progresso tem sido muito desigual, sobretudo nos "países em desenvolvimento", onde a situação atual é pior do que há 20 anos atrás. A persistência da insegurança alimentar não reflete uma falta de capacidade do planeta para aumentar a produção de

alimentos, pois o mundo já produz comida suficiente. Os desnutridos e as pessoas com subnutrição estão nessas condições porque elas são pobres ou não têm acesso a recursos agrícolas, educação, tecnologia, infra-estrutura, crédito, etc. para produzir seu próprio alimento. Na maioria dos países com problemas de insegurança alimentar severos, boa parte da população pobre e faminta depende grandemente da agricultura local para sobreviver. Em tais casos, fracassos de desenvolvimento econômico são freqüentemente equivalentes a fracassos de desenvolvimento agrícola e respondem pela persistência da pobreza e da insegurança alimentar. Desenvolvimento da agricultura é o primeiro passo para desenvolvimento mais longo, redução da pobreza e da insegurança alimentar. Para o autor, é provável que a produção agrícola mundial continue a crescer e talvez exceda o crescimento da demanda efetiva. O problema continuará sendo o da persistência da pobreza.

A NOVA GEOGRAFIA DA DESIGUALDADE

No seu *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, Rousseau (1989, p.32) concebe duas formas de desigualdade na espécie humana: a estabelecida pela natureza, que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito ou da alma. E a que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos etc.

Nas últimas décadas, o avanço de processos como globalização, fragmentação, flexibilização, liberalização e desregulamentação do Estado contribuíram para o aprofundamento da desigualdade moral ou política. Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1998) sinalizou que em 1960, os 20% mais ricos da população mundial detinham uma renda 30 vezes superior à dos 20 % mais pobres. Em 1995, a diferença passou a ser 82 vezes maior. Segundo Ramonet (1998), cerca de 3 bilhões de pessoas, metade da população mundial, vivem com menos de 2 dólares por dia. Para Bauman (1999), fala-se em 800 milhões de pessoas subnutridas, mas cerca de 4 bilhões, dois terços da população mundial, vivem na pobreza.

Na *Declaração Universal dos Direitos do Homem* da Organização das Nações Unidas (1948) consta que toda pessoa tem o direito a um nível de vida capaz de assegurar sua saúde, sua alimentação, seu bem-estar e o de sua família. Os estoques de alimentos nunca foram tão abundantes; permitiriam nutrir os 6 bilhões de habitantes do planeta, com pelo menos suas necessidades diárias de 2.700 calorias. Todavia, segundo Sorre (1965), a satisfação das necessidades alimentares jamais se deu, de um modo permanente, senão para uma parte restrita da sociedade. Isto, pois, conforme Ramonet (1998), a cada ano, 30 milhões de pessoas morrem de fome e 800 milhões sofrem de subnutrição crônica. Enquanto se lamenta a escassez dos recursos alimentícios em alguns países muito pobres, com base produtiva deficiente, milhares de toneladas de alimentos são destruídas ou estocadas para se formar um bom preço.

No Brasil, o mapa da fome abarca, aproximadamente, um terço da população, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (2001). Isto equivale dizer que enquanto os portos brasileiros exportam milhões de toneladas de grãos, mais de 60 milhões de pessoas carecem das condições mais elementares para sua reprodução social, vivendo em situações de subconsumo. Não pretendendo esgotar o assunto, alguns fatores podem ser apontados como responsáveis pela construção e sustentação de uma *Nova Geografia da Desigualdade* no país que possui como marca a manifestação paralela e contraditória da abundância e da

escassez. São eles: a modernização seletiva da agricultura, a concentração fundiária, a metropolização da pobreza, a política de privilégio às exportações e a concentração da renda, questões cruciais para iniciar o debate da produção e reprodução da desigualdade socioespacial no Brasil.

A MODERNIZAÇÃO SELETIVA DA AGRICULTURA

A desigualdade foi a marca principal do crescimento da agricultura, durante o seu auge, entre os anos de 1950 e 70 (HOBSBAWN, 1995), pois ao mesmo tempo em que levou a uma intensa produção de alimentos, contraditoriamente, intensificou a fome e a miséria. Inúmeros autores defendiam que as vitórias contra a pobreza e a fome se resumiam na aplicação, em larga escala, de todos os conhecimentos científicos e tecnológicos à agricultura, visando uma maior produção e produtividade agrícola. Mas, a modernização da agricultura, a partir da década de 1950, atingiu seletivamente o território brasileiro.

O Sistema Nacional de Crédito Rural, o crescimento da urbanização e das exportações e a definição de um padrão de regulação das relações sociais e econômicas do setor rural pelo Estado configuraram um modelo de desenvolvimento rural, denominado por Delgado (1985) de "modernização conservadora". Este modelo foi seletivo por regiões, aquelas com possibilidades de aproveitamento em escala empresarial (áreas do cerrado que apresentassem topografia favorável à mecanização); por produtos, direcionado para a expansão de culturas de exportação não tradicionais (soja, laranja, algodão, cana-de-açúcar etc.); e por produtores, voltado aos poucos e grandes latifundiários. Avaliando o terceiro aspecto citado, Muller (1989) ressaltou que a industrialização das atividades agrárias atingiu apenas 20% dos produtores.

A transformação na base técnica da agricultura possibilitou uma revolução na produção e produtividade agrícolas. Atualmente, as poucas ilhas modernizadas no campo batem recordes em termos de safra, exigida pela ampliação contínua dos mercados internacionais. Mas, tal revolução tecnológica acentuou a dependência do território brasileiro aos interesses das grandes corporações multinacionais, produtoras de sementes, insumos e máquinas. O território nacional foi subjugado pelo capital estrangeiro que determina o que será produzido, regula as safras, os preços e o destino da produção e, ainda, subjuga as políticas governamentais. O resultado foi o comprometimento da produção de gêneros alimentícios básicos da sociedade brasileira pelas culturas que interessam ao mercado internacional, revelando um *uso alienado do território* no que tange às suas necessidades e que produz desigualdades extremas no âmbito da geração e da apropriação da renda agrícola e da ocupação da mão-de-obra.

A figura 1 sinaliza a distribuição espacial do valor da produção das lavouras, permanentes e temporárias, nas 558 microrregiões dos estados brasileiros, segundo dados da *Produção Agrícola Municipal* (IBGE) em 2007.

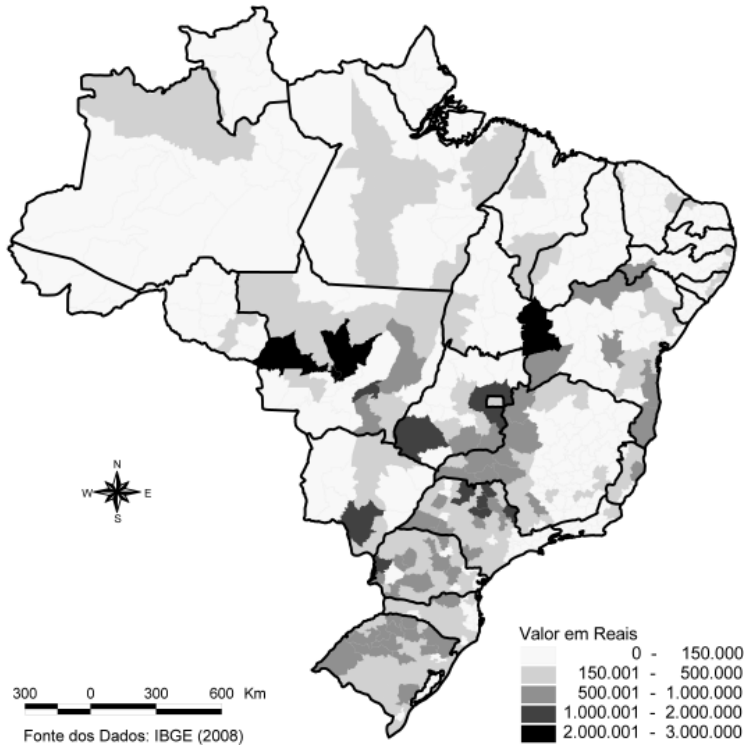

Figura 1 - Valor da Produção das Lavouras Temporárias e Permanentes. Microrregiões do Brasil. 2007

Observa-se que a maior parte da renda agrícola se concentra no Centro-Sul do país (Triângulo Mineiro, Sul de Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul), devido ao privilégio desse espaço no contexto da modernização das atividades agropecuárias, via amplos subsídios fiscais e financeiros concedidos pelo Estado aos produtores com culturas voltadas para exportação. De modo contrário, grande parte das áreas das regiões Norte e Nordeste (exceção para alguns trechos de cerrado no Sul do Maranhão e do Piauí e no Oeste da Bahia) e do Norte e Leste de Minas Gerais possuem uma inserção periférica no contexto da formação da renda agrícola nacional. Nesse espaço citado, contribuem para a baixa expressividade da agropecuária, a ineficiência de políticas agrícolas voltadas para os agricultores familiares (predominantes), a dominação política de grandes latifúndios, geralmente improdutivos ou parcialmente utilizados (como é o caso no Nordeste e no Norte de Minas), o crédito agrícola e a assistência técnica seletivos, o desgaste da terra, devido à sua pulverização (minifundiarização), e a própria pobreza generalizada da população.

A heterogeneidade estrutural da agricultura brasileira é patente na figura 1 onde ao Nordeste, historicamente, ficou destinada a função de reservatório contínuo de mão-de-obra migrante para o setor urbano ou para as áreas de fronteira (não obstante a redução desse movimento nas últimas décadas e seu redirecionamento para as capitais estaduais dessa região). O Norte atua como provedor de novas zonas para a apropriação capitalista, apesar da constante recriação da agricultura não capitalista (camponesa) nas poucas áreas de fronteira que ainda restam. Nas regiões Sul/Sudeste, a modernização da agricultura

promoveu a desagregação do complexo latifúndio-minifúndio, com a modernização de parte dos grandes estabelecimentos. Mas, na região Nordeste em especial, a manutenção desse complexo explica o predomínio de sistemas econômicos e políticos arcaicos que beneficiam grandes proprietários agrícolas, comerciantes e políticos, fatores chaves para compreender a pobreza e a fome generalizada na região, atribuída, desde o período colonial, às condições climáticas desfavoráveis.

Outra conseqüência da modernização agrícola diz respeito à redução da mão-de-obra ocupada no campo, tanto familiar quanto assalariada. No *Censo Agropecuário* de 1995/96, o total de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários no Brasil era de 17.930.890: 13.607.876 (75,9%) com laços de parentesco com o produtor e 4.322.977 (24,1%) sem laços de parentesco com o produtor. Em 2006, conforme o *Censo Agropecuário*, o pessoal total ocupado na agropecuária reduziu para 16.414.728 (queda de 8,5%): 12.810.591 (queda de 5,9%) no universo das pessoas com laços de parentesco com o produtor e 3.557.042 (queda de 17,7%) no conjunto daquelas sem laços de parentesco. Não obstante a redução geral da mão-de-obra ocupada na agropecuária, explicada por diversos fatores como o êxodo rural, o crescimento de ocupações e atividades não-agrícolas, a expropriação de pequenos produtores empregadores, a nova onda de modernização das atividades agropecuárias nas áreas recentes e antigas etc., o conjunto das pessoas com laços de parentesco com o produtor passou a responder por um percentual maior, quando comparado a 1995/96 (78,0 contra 75,9%), o que reafirma a importância global desse conjunto, apesar do decréscimo geral da mão-de-obra familiar no campo. No caso dos empregados sem laços de parentesco, um aspecto importante para explicar a sua redução reside na intensificação das mudanças técnicas nas áreas modernas antigas, as quais têm suprimido vários postos de trabalho.

Na figura 2 está representado, segundo as microrregiões do Brasil, o percentual das pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários com laços de parentesco com o produtor de acordo com o *Censo Agropecuário* de 2006 (IBGE). A agricultura caracterizada pela mão-de-obra familiar sobressai, expressivamente, nas microrregiões dos estados do Norte, Sul e Nordeste. O percentual de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários com laços de parentesco com o produtor nessas regiões atingiu, respectivamente, 88,6, 84,4 e 81,1%; no Centro-Oeste e Sudeste, 71,0 e 61,7% respectivamente. Os dois últimos percentuais não sinalizam uma importância reduzida da agricultura familiar, mas o impacto da modernização agrícola que tem contribuído para a transformação da característica familiar das unidades produtivas nas duas últimas regiões citadas.

A região Norte, não obstante o avanço da soja e da pecuária pelos estados do Pará, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins, representa um reduto importante do agricultor familiar, marcado, sobretudo, pela precariedade estrutural, pela mobilidade e pela sua exclusão no processo de modernização agrária. A predominância majoritária do pessoal ocupado na agropecuária com laços de parentesco com o produtor (acima de 75,1%, excetuando-se as microrregiões paraenses de Paragominas e Redenção, respectivamente com 66,6 e 74,2%) sinaliza a importância da agricultura familiar e seu papel na incorporação de novas terras na frente pioneira da fronteira amazônica. Nos estados do Pará e do Tocantins, os valores agregados de pessoal com grau de parentesco com o produtor são os menores no conjunto regional, visto que, desde as duas últimas décadas, essas duas federações são as principais frentes de expansão da agropecuária modernizada na região Norte.

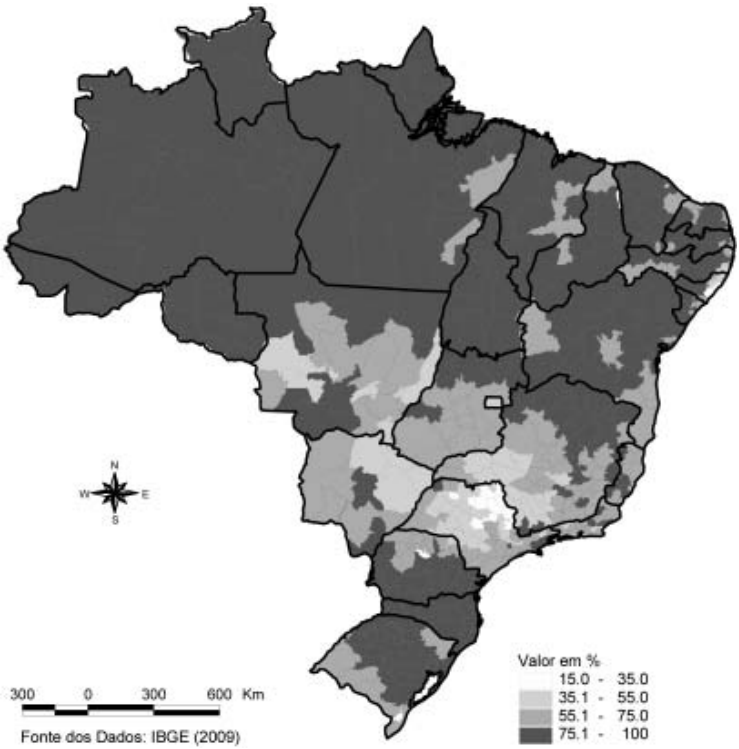

Figura 2 - Percentual das Pessoas Ocupadas nos Estabelecimentos Agropecuários com Laços de Parentesco com o Produtor. Microrregiões do Brasil. 2006

Na região Nordeste, a proeminência da agricultura familiar, com base técnica deficiente e pressionada pelos grandes latifúndios, configura uma característica regional histórica. Há um peso relativo menor da mão-de-obra com laços de parentesco com o produtor, quando comparada à da região Norte, provavelmente devido ao avanço expressivo de certas atividades econômicas como o plantio de milho, eucalipto, cana-de-açúcar, soja ou a fruticultura irrigada. Em algumas áreas do Maranhão (microrregiões de Codó, Chapadas do Alto Itapecuru, Coelho Neto, Chapadinha e Gerais de Balsas), do Baixo Parnaíba Maranhense e Piauiense, de Pernambuco (microrregião de Itaparica) e do Oeste da Bahia, o peso da agricultura familiar, na ocupação da mão-de-obra, ainda parece disputar com o avanço expressivo que a agropecuária moderna tem apresentado nesses espaços nas últimas décadas. Em Barreiras, no oeste baiano, e Petrolina, no vale do São Francisco pernambucano, o percentual da mão-de-obra ocupada na agropecuária com laços de parentesco com o produtor (67,5 e 64,3%, respectivamente) indica sinais evidentes de redução da mão-de-obra familiar.

Na região Sul, a agropecuária e seu caráter majoritariamente familiar é favorecida por dois aspectos, peculiares em relação ao contexto nacional: uma distribuição mais equitativa da terra em boa parte da região e a presença de um universo de agricultores familiares que modernizaram a sua produção, mas mantiveram, em vários casos, como característica básica das suas unidades produtivas, a mão-de-obra familiar. Observa-se que na maioria das microrregiões dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (este em sua

totalidade), o percentual do pessoal ocupado na agropecuária com laços de parentesco com o produtor atinge valores muito elevados, o que é exemplificado pela microrregião de Cerro Azul (Paraná), onde o montante equivale a 96,1%.

Nas áreas de agricultura moderna do país, como é o caso do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo e Triângulo Mineiro, os indicadores apontam uma nítida perda de importância dos empregados com laços de parentesco com o produtor, sinalizando, portanto, uma associação direta entre modernização da agricultura e redução do emprego familiar na agropecuária. O estado de São Paulo apresenta o menor valor de pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor (47,7%), fato advindo, principalmente, do elevado grau de modernização que essa área experimenta desde a década de 1960.

No âmbito da produção, o projeto de modernização agrícola tem promovido um enorme salto de produtividade das culturas do agronegócio, enquanto as culturas alimentares permanecem estagnadas. Entre 1970 e 1998, a produção de arroz e de feijão cresceu, respectivamente, 1,5 e 1,4 vezes. Por outro lado, a produção de cana e de soja cresceu, respectivamente, 5,2 e 16,6 vezes (IBGE *apud* RAMALHO, 2003). Esse incremento tem ocorrido, principalmente, a partir dos ganhos contínuos de produtividade, sustentada pela introdução maciça de tecnologia e informação à produção, possibilitando um uso intensivo da terra nas áreas mais modernizadas.

Dados preliminares divulgados pelo *Censo Agropecuário* de 2006 indicam a manutenção e o reforço do processo de modernização seletivo no campo. Por exemplo, no quesito tratores, os maiores percentuais de estabelecimentos agropecuários com disponibilidade de tal tecnologia são encontrados em municípios dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e numa faixa que abarca o Oeste de Minas (Triângulo Mineiro), o Sudoeste de Goiás, o Nordeste do Mato Grosso do Sul, o Centro-Leste de Mato Grosso e o interior do estado de São Paulo. Essa aglomeração desigual de densidades técnicas, que se reforça continuamente, constitui agora, segundo Santos (1998), um importante elemento de explicação da diversidade dos lugares geográficos, pois sua distribuição desigual no espaço acarreta, simultaneamente, riqueza-abundância e pobreza-escassez.

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA ARCAICA

A estrutura fundiária brasileira, herdada do regime das capitanias/sesmarias, sofreu alteração ao longo dos 500 anos de história da conquista do Brasil, mas sua característica basilar, a elevada concentração da propriedade da terra, ainda permanece como um dos maiores obstáculos à superação das diversas formas de desigualdades. A pressão territorial dos grandes latifúndios, a monocultura exclusivista, a pecuária extensiva e o modelo político que privilegia a agricultura exportadora têm obrigado os camponeses e os agricultores familiares a buscarem estratégias de sobrevivência, seja como trabalhadores arrendatários, parceiros ou assalariados nos estabelecimentos vizinhos ou nas grandes fazendas ou, ainda, a migrarem para os centros urbanos.

Mas, os dados dos censos agropecuários revelam que nem sempre o processo de expropriação atua em termos absolutos no campo. Comparando-se os resultados dos censos de 1970 e 1985 (infelizmente, não é possível comparar os resultados do censo de 1995/96 com os anteriores devido às mudanças metodológicas), observamos uma ampliação do número de posseiros (aumento de 30%) que passaram a representar 19% do conjunto total dos produtores. Crescimento significativo também ocorreu com a parceria que aumentou, em termos absolutos, cerca de 20%. Em 1995/96, os posseiros representaram 15% (709.710 pessoas) do conjunto total dos produtores e os parceiros 6% (277.518 pessoas). Mas eles detinham, respectivamente, apenas 3 e 1% da área total dos estabelecimentos. O aumento e a permanência dos posseiros revelam que uma parte do campesinato e dos agricultores

familiares expropriados recusam a proletarização e procuram abrir na posse da terra reconquistada (especialmente nas áreas de fronteira), o espaço para a continuidade do trabalho familiar.

O quadro desigual da estrutura agrária brasileira está representado na figura 3 com a indicação da porcentagem das terras ocupadas pelos estabelecimentos agrícolas acima de 100 hectares nas microrregiões do Brasil. Em alguns estados, como é o caso de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Goiás e Tocantins, e em algumas áreas de campos no Rio Grande do Sul e de cerrado em Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Piauí, além de outros estados da região Norte, os estabelecimentos agrícolas citados ocupam mais de 80% da área total das microrregiões. A concentração excessiva da terra coincide, em grande medida, com as áreas destinadas às monoculturas, sobretudo a de soja, e/ou à pecuária extensiva.

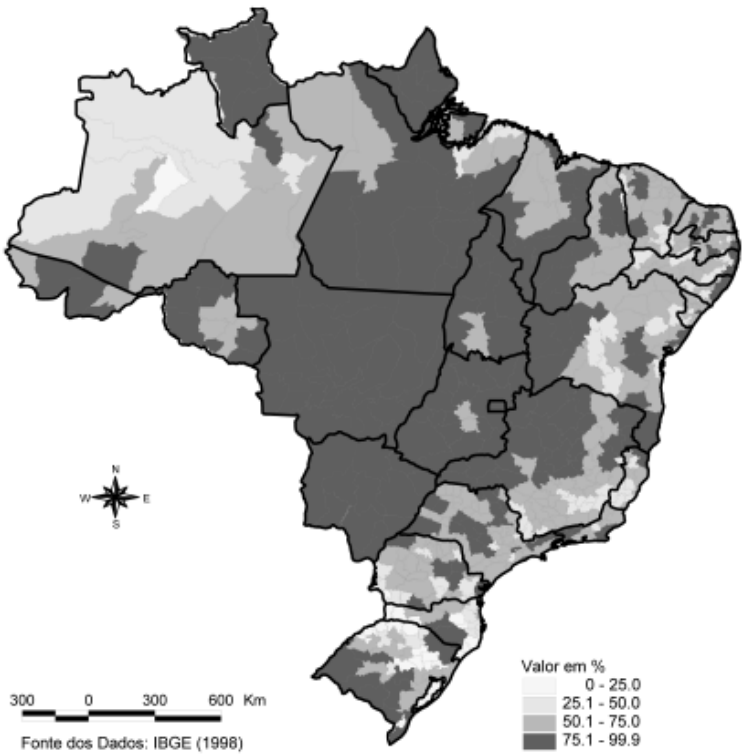

Figura 3 - Percentual das Terras Ocupadas pelos Estabelecimentos Agrícolas acima de 100 Hectares. Microrregiões do Brasil. 1995/96

Resultados preliminares do *Censo Agropecuário* de 2006 mostram que a maioria dos estabelecimentos que se dedicava à pecuária se concentrava em municípios das microrregiões dos estados de Rondônia, Tocantins, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Entretanto, consoante às grandes extensões latifundiárias, o maior número de cabeças de gado estava representado pelos municípios dos quatro últimos estados citados, além de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pará que juntos respondiam por mais de 60% do efetivo nacional.

Se por um lado, existe uma nítida associação entre a atividade pecuária e grandes extensões latifundiárias, por outro, os dados do *Censo Agropecuário* de 2006 sinalizam um importante crescimento das terras ocupadas com lavouras e uma redução daquelas ocupadas com pastagens. Em 1985, as terras destinadas a pecuária representavam 55,9%, passando para 56,6% em 1995/96 e para 49,4% em 2006. Já as terras utilizadas com lavouras passaram de 16,3% em 1985 para 13,3% em 1995/96 e para 22,0% em 2006. A explicação para esse processo deve-se à incorporação de estabelecimentos à prática de lavouras (acréscimo de 9,4%, ampliando de 4.337.693 para 4.745.350) e ao aumento do espaço cultivado com lavouras (crescimento de 83,5%, com a área passando de 41.794.455 para 76.697.324 hectares).

Nos dados do *Censo Agropecuário* de 1995/96, 50% dos estabelecimentos rurais possuíam menos de 10 hectares, mas ocupavam, tão somente, 2,3% da área agrícola nacional. Os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares (apenas 1%) detinham 45% da área total. Se tomarmos a categoria latifúndio por exploração, conforme definido pelo Estatuto da Terra (imóvel com dimensão inferior a 600 vezes o módulo rural, mantido inexplorado), o censo aponta que tal categoria monopolizava 32% da área agrícola nacional. Este último montante representa, portanto, terra parada, improdutiva ou voltada para a especulação imobiliária.

Há outro grande problema no âmbito da estrutura agrária brasileira: a proliferação do minifúndio fragmentado: em 1995/96, os estabelecimentos com menos de 10 hectares (49,4% do total) detinham apenas 2,2% da área total. Neste sentido, os agricultores familiares, vinculados à exploração extensiva da terra, comprimem-se em ilhas no território brasileiro, geralmente com terras de pior qualidade. Segundo Stedille (2000), dos 4,6 milhões de agricultores do país, 4,1 são familiares, com pouca terra e acessos limitados a créditos, conhecimentos e tecnologias. Os outros 500 mil detêm as maiores parcelas da terra, das tecnologias, da produção e da renda. Os pequenos agricultores se concentram, em sua maioria, sobretudo na região Sul do país, devido ao predomínio da colonização baseada na propriedade familiar, e nos estados do Espírito Santo, do Amazonas, na região do Nordeste e em Minas Gerais (Sul, Zona da Mata e Vale do Rio Doce em especial) cujas explicações para esta última federação se encontram na colonização antiga da área, onde surgiram várias possibilidades para expansão da agricultura camponesa[2].

Enquanto o governo não estabelece um plano estrutural de aplicação da reforma agrária, baseado numa ampla releitura das relações políticas no campo, na concepção da terra como instrumento de trabalho e na revisão dos títulos de propriedade, os trabalhadores organizados derrubam as cercas dos latifúndios improdutivos e implantam os acampamentos, uma forma de pressionar o governo a desapropriar as terras ocupadas e realizar os assentamentos. Isto tem gerado inúmeros conflitos no campo, conforme último relatório da Comissão Pastoral da Terra (2007), *Brasil Conflitos no Campo*. Nessa luta encontram-se índios, posseiros, grileiros, pequenos proprietários, grandes fazendeiros e até mesmo empresas de vários ramos.

O relatório da CPT sinaliza que as regiões Sudeste e Sul, consideradas as mais ricas do país, foram as que apresentaram maior crescimento do trabalho escravo, do número de famílias expulsas por terra, das ocupações e dos acampamentos em relação a 2006. Esses dados mostram que a modernização da agricultura brasileira é caracterizada pela reprodução

[2] Na Minas Gerais colonial, no entorno dos distritos, dos caminhos para as minas e nas áreas de fronteira formou-se um campesinato que se ocupou na produção de gêneros alimentícios, composto pelos "marginalizados" ou "desclassificados" na hierarquia da sociedade mineradora como os quilombolas, os indígenas aldeados, os agregados, os homens pobres livres, posseiros ou proprietários, e, inclusive, os escravos. Embora ofuscada pelo setor dominante da economia rural e voltada prioritariamente para o autoconsumo, a produção camponesa para o mercado interno também foi uma atividade comercial importante na capitania (CARNEIRO, 2008).

de formas arcaicas de exploração e de dominação dos trabalhadores. Que isto existe, inclusive, no estado mais desenvolvido, São Paulo, onde as pesquisas científica e tecnológica são as mais avançadas. A expansão do agronegócio, sobretudo o da cana-de-açúcar, por meio do novo discurso dos agro-combustíveis (etanol em especial), se dá com a incorporação de áreas de comunidades tradicionais, com o uso da violência, com a precarização das relações de trabalho e com o total desrespeito à legislação trabalhista.

A OPÇÃO POLÍTICA PELAS EXPORTAÇÕES

O crescimento da produção e da produtividade agrícolas no Brasil, ao mesmo tempo em que levou a um aumento expressivo na produção de alimentos, contraditoriamente, intensificou a fome e a miséria. O desenvolvimento da ciência e da técnica poderia acabar com a fome. Porém, os usos que se deram àquelas não foram capazes de libertar o homem de uma necessidade primordial: a de se alimentar. Isto em pleno período técnico-científico informacional, marcado pela engenharia genética, robótica, viagens interplanetárias etc.

Desde o início da década de 1990, segundo Carneiro e Pereira (2005), dados da *Produção Agrícola Municipal* (IBGE) sinalizam um acentuado crescimento na produção de grãos que na safra de 2002/03 já era o dobro do princípio da década de 1990, quase 120 milhões de toneladas. Em contrapartida, a população de famintos, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas (2001), também vem crescendo no país, correspondendo a aproximadamente um terço da população no ano de 2000 (53 milhões). Esse crescimento desigual revela a dialética perversa entre abundância e escassez, num país que possui uma das maiores áreas agricultáveis do mundo.

Se os recordes das safras agrícolas não conseguem garantir a segurança alimentar da população, torna-se claro que o problema da fome, no plano geral, não é uma questão de produção, do número de filhos, da falta de iniciativa dos pobres ou ainda dos infortúnios do meio natural, como querem os neomalthusianos. Mas, é uma questão de redistribuição, portanto, não econômica, mas política. A primeira luta a ser travada é aquela contra os grupos empresariais, políticos e grandes proprietários que impedem a existência de uma política agrícola voltada para a agricultura familiar, capaz de garantir a segurança alimentar e reduzir a fome no país.

As políticas estatais têm incentivado mais a produção de alimentos, principalmente daqueles voltados para a nutrição animal em mercados europeus, do que a produção e distribuição dos alimentos básicos para o consumo humano no mercado interno. Não basta apenas produzir alimentos. É preciso implantar políticas que combatam a pobreza e criem condições para que os grupos necessitados produzam e/ou obtenham o mínimo indispensável. A dimensão social do problema exige provisão imediata das necessidades básicas. Porém, os programas de renda mínima, a despeito de serem importantes instrumentos de redistribuição de renda, mostram-se incapazes, por si só, de erradicarem a miséria, pois não conseguem romper o círculo vicioso de reprodução da pobreza, devendo ser implementados, conjuntamente, com outros tipos de políticas sociais redistributivas.

O Governo Federal tem incentivado a expansão do cultivo da cana-de-açúcar para produção do etanol; combustível apresentado como grande alternativa ao aquecimento global. A ampliação da área plantada com cana veio acompanhada de inversões capitalistas em novas usinas sucroalcooleiras; uma ameaça à agricultura camponesa e familiar, à segurança alimentar e às relações de trabalho no campo, pois promove a concentração da terra, intensifica a área dos monocultivos e precariza as relações de trabalho[3]. O etanol se tornou

[3] No citado Relatório da Comissão Pastoral da Terra (2008), no quesito trabalho escravo, 52% dos trabalhadores libertos em 2007 estavam "empregados" em usinas do setor sucroalcooleiro.

o centro da agenda do Presidente Lula em suas viagens internacionais que chegou a alçar os usineiros ao posto de "heróis nacionais".

É necessário levar em conta, conforme resultados de um estudo conjunto da FAO e do INCRA (1994), que a agricultura patronal emprega poucos trabalhadores residentes e produz acentuada concentração da propriedade da terra e da renda, ao passo que a agricultura familiar possui um perfil essencialmente distributivo, supre o mercado interno com produtos alimentares de baixo custo, além de ser, incomparavelmente, melhor em termos socioculturais e ambientais.

O ÊXODO RURAL E A METROPOLIZAÇÃO DA POBREZA

A modernização da agricultura modificou o papel tradicional dessa atividade, reduzindo, drasticamente, o acesso a terra e aumentando a instabilidade das ocupações agrícolas. Com o fortalecimento das empresas rurais, as pequenas propriedades que não se adaptaram ao padrão tecnológico modernizante (que não modernizaram a produção através da compra de máquinas e/ou não se atrelaram a uma agroindústria) começaram a ruir. Ademais, novos empreendimentos se instalaram em áreas que não eram vazias, levando à expropriação de pequenos produtores. Martine (1990) aponta que entre 1960 e 1980, cerca de 28,5 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais. Ao contrário do que se pensa, a emigração mais intensa começou nas regiões rurais mais desenvolvidas e não nas áreas mais pobres, indicando o peso da industrialização e da agroindustrialização da agricultura na expulsão do homem do campo.

Outros fatores também foram responsáveis pela grande mobilidade espacial da população brasileira para os centros urbanos como: o avanço da economia industrial do Sudeste, a necessidade de mão-de-obra na construção civil, a elevação das taxas de crescimento populacional, a redução de barreiras internas entre as grandes regiões, devido à criação de uma rede de transportes e comunicações, os desníveis sócio-econômicos no país, as políticas migratórias de alguns estados e o peso do latifúndio e das secas no Nordeste. Se nas décadas passadas, a pobreza e a fome estavam concentradas, em sua maior parte, no campo e nas pequenas cidades, com os deslocamentos migratórios internos e o crescimento urbano acelerado, na década de 1970 configuraram-se grandes bolsões de pobreza nas metrópoles, potencializados pela inexistência de crédito habitacional para os pobres, pela baixa qualificação dos migrantes, pela especulação imobiliária e pelo fenômeno do subemprego.

O desenvolvimento de um setor de serviços urbanos, caracterizado pela baixa densidade de capital e rentabilidade, pelo alto grau de ilegalidade e instabilidade ocupacional e pelos baixos salários produziu um exército de marginalizados e empobrecidos nas grandes cidades. Segundo Merrick e Graham (1981), a falta de emprego não foi a principal explicação para a pobreza urbana nas décadas de 1960 e 70, mas o achatamento sistemático dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores de menores qualificações, agravado pela concentração da renda. O desemprego tem de ser entendido no descompasso estabelecido entre o rápido aumento da população urbana em comparação ao emprego industrial. Para os autores citados, a tecnologia importada no modelo de substituição de importações, ao poupar mão-de-obra, gerou uma demanda maior de trabalhadores qualificados, não absorvendo grandes quantidades dos não-qualificados que também migraram na esperança de um emprego melhor nas áreas que se industrializaram.

As metrópoles brasileiras hoje apresentam graves problemas sociais como falta de emprego, miséria, marginalidade, violência, moradia e saneamento básico deficientes, fome etc. O enfraquecimento do poder do Estado, devido ao receituário neoliberal, contribui para a intensificação dos processos de marginalização e periferização da população, agravados num contexto de flexibilidade dos salários e dos empregos e da necessidade cada vez crescente de mão de obra especializada. Segundo a *Pesquisa Mensal de Empregos* do IBGE

(2005), a taxa de desocupação em abril de 2004 foi de 13,1% nas regiões metropolitanas do Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Dentre as citadas, São Paulo representava mais da metade dos desocupados.

Rocha (2000) defende a especialização do mercado de trabalho como o indicador mais importante para explicar o aumento recente do desemprego e da pobreza. Conforme a autora, na década de 1990, as metrópoles, especialmente São Paulo, experimentaram uma deterioração dos indicadores de pobreza, como decorrente do forte impacto dos ajustamentos do sistema produtivo e do mercado de trabalho. A causa do aumento da pobreza absoluta e da desigualdade provavelmente esteve ancorada nas perdas de rendimentos que recaíram sobre os indivíduos com menor escolaridade.

A metrópole hoje se encontra implodida/explodida em duas partes relacionais segundo Lefebvre (2004): o "core", centro/núcleo urbano (marca da antiga cidade), resultado do processo de implosão do locus do poder, centro das questões da administração, da decisão e da organização política da informação, e o tecido urbano, a trama de relações sócio-espaciais que se estende à região resultante da explosão da cidade preexistente, fragmentado e marcado pela pluralidade de centros, pela extensificação de aglomerações secundárias ou por cidades satélites e periferias. Uma das principais características das metrópoles é o crescimento periférico, extensivo, em áreas cada vez mais distantes dos centros. O fenômeno da periferização da pobreza metropolitana, concentrada nos bairros mais afastados da área central, pode ser evidenciado na figura 4 que exibe o percentual da população com rendimentos inferiores a um salário mínimo (R$ 151,00), nos distritos da cidade de São Paulo em 2000.

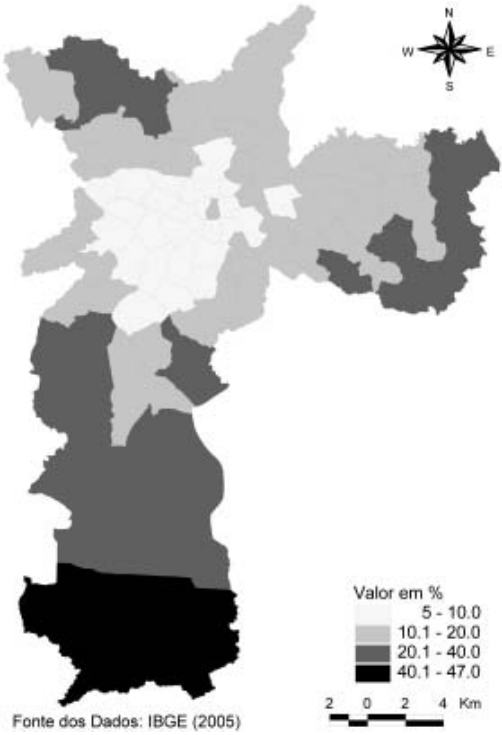

Figura 4 - Percentual das Pessoas, Chefes de Domicílios Particulares Permanentes, com Renda Mensal Inferior a R$ 151,00. Distritos da Cidade de São Paulo. 2000

Os dados do *Censo Demográfico* do IBGE sinalizam que a cidade de São Paulo, no ano de 2000, possuía 2.985.977 domicílios particulares permanentes. Destes, 502.802 ou 17% apresentaram rendimentos inferiores a R$ 151,00. Era justamente na periferia da metrópole paulista, a exemplo dos distritos de Brasilândia e Jaraguá (zona norte), Jardim Ângela, Capão Redondo e Marsilac (zona sul), Sapopemba (zona leste), entre outros, que se concentravam mais de 70% dos domicílios com tais rendimentos. Para Taschner e Bogus (2001), o padrão de crescimento de São Paulo tem sido o de contínua expansão da mancha urbana para a periferia. As taxas geométricas anuais de crescimento populacional se apresentam maiores no anel periférico. Em 1970, segundo Maricato (1996), São Paulo tinha, aproximadamente, 1% de sua população residindo em favelas. Em 1993, eram 19%. Se nas décadas anteriores, o crescimento se deu pela tríade lote irregular- autoconstrução-casa própria, nos anos de 1990 há fortes indícios de que o crescimento urbano ocorreu, sobretudo, por favelização. A pobreza extrema, segregada na periferia da maior metrópole produtora de riquezas do país, indica que São Paulo, de centro da abundância e da riqueza, também se tornou uma periferia da escassez e da pobreza, pois não foi capaz de gerar condições mínimas de inclusão social em seu território periurbano.

A urbanização contemporânea possui como principais características a fragmentação, a extensão, a segmentação, a periferização e a involução. Lefebvre (2008) destacou que o espaço edificável nos arredores dos centros urbanos integra hoje as novas raridades; ele é artificialmente rarefeito para valer mais caro: é fragmentado, pulverizado, é o meio da segregação. Na visão de Davis (2006), a urbanização atual tem avançado independentemente da industrialização e de quaisquer perspectivas de desenvolvimento, demonstrando que a constituição de um modo de produção urbano-industrial não pode mais ser visto como o resultado natural da transformação do modo de produção rural-agrário sob o capitalismo. As metrópoles dos países pobres são demograficamente dinâmicas, porém, pobres em postos de trabalho formais.

A CONCENTRAÇÃO DA RENDA

No Brasil, apesar do crescimento econômico e da modernidade terem alterado, significativamente, as paisagens rurais e urbanas, a péssima distribuição de renda contribui para que lugares tradicionalmente velhos e mesmo novos apresentem uma pobreza extrema. Esta pode ser compreendida como um fenômeno socioespacial multidimensional que se materializa na diferenciação entre famintos e alimentados, analfabetos e escolarizados, pobres e ricos, negros e brancos etc., diagnosticada nas dimensões do espaço e do território, na economia e na política.

O país possui uma das maiores concentrações de renda no mundo. No ano de 2000, por exemplo, segundo dados do *Censo Demográfico* do IBGE, enquanto a parcela dos 50% mais pobres detinha 13,5% da renda total, esta mesma fatia era monopolizada por tão somente 1% dos mais ricos. A população que vivia com renda mensal *per capita* inferior a ½ do salário mínimo vigente na época (R$ 75,50) era equivalente a 47%, classificada, portanto, como abaixo da linha da pobreza segundo o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, do PNUD, IPEA e FJP (2003). A distribuição espacial do percentual da população com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo (R$ 151,00), nas microrregiões brasileiras em 2000, está sinalizada na figura 5.

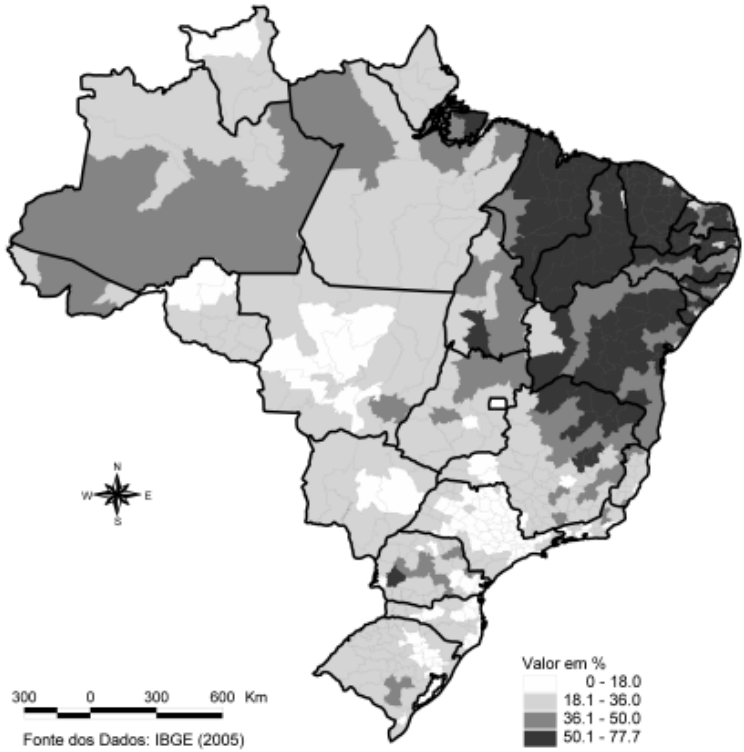

Figura 5 – Percentual das Pessoas, Chefes de Domicílios Particulares Permanentes, com Renda Mensal Inferior a R$ 151,00. Microrregiões do Brasil. 2000

Em termos de percentual da população, as microrregiões das regiões Norte e Nordeste em especial, o Norte e o Leste de Minas, o Norte de Goiás e o interior do Paraná representavam os locais com maiores incidências de baixos rendimentos no país. Contudo, deve-se observar, conforme já evidenciado por Carneiro e Pereira (2005), que, em termos de montante total de pessoas com sub-rendimentos, a maior proporção absoluta, à mesma época, se concentrava justamente nas grandes regiões metropolitanas do país (incluindo espaços não metropolitanos como o Vale do Ipojuca no agreste pernambucano, Feira de Santana e Ilhéus-Itabuna na Bahia): São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Manaus chegavam a abrigar entre 400.000 e 2.360.000 pessoas com renda inferior a um salário mínimo, valor expressivo também devido à grande participação dessas áreas no conjunto total da população do país. De acordo com Rocha (2000), as regiões metropolitanas aumentaram sua participação na pobreza brasileira entre 1980 e 2000, chegando a representar, em 1997, aproximadamente 30% das pessoas com insuficiência de rendimentos no país.

Na opinião de Rocha (2003), a proporção de pobres no Nordeste se manteve em torno de 35% da população em 2001. Segundo a autora, esta região continua a representar cerca de 42% dos pobres brasileiros, um descompasso visto que participa com 29% da população do país. Araújo (1995) assinalou que houve uma melhoria dos níveis gerais de vida da população nordestina, porém num ritmo muito inferior ao do dinamismo da produção e o PIB *per capita* esconde a forte concentração da riqueza. Conforme a autora, o principal

fator responsável por essa contradição é a predominância da rigidez e das velhas estruturas econômico-sociais das oligarquias tradicionais, sempre bem situadas nos espaços do poder.

Em 1999, cerca de 53 milhões de brasileiros eram classificados como pobres, segundo Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2001) (pobreza considerada na sua dimensão particular, evidentemente simplificadora, de insuficiência de renda, isto é, pobreza contabilizada apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas). Os autores, ao compararem o resultado observado com o do final da década de 1970, ressaltaram que houve melhora aparentemente estável no padrão da pobreza, mas esse valor continua moralmente inaceitável. Enfatizam que:

> A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo [...]. Desigualdade que surpreende tanto por sua intensidade como, sobretudo, por sua estabilidade. Desigualdade extrema que se mantém inerte, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas (PAES DE BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001, p.23).

Simulações efetuadas pelos autores dos impactos do crescimento econômico e da redução do grau de desigualdade na distribuição de renda mostraram que os níveis de pobreza são mais sensíveis a alterações no segundo fator do que no primeiro. Apesar de não descartarem as estratégias de crescimento econômico, chamam a atenção para o papel principal das políticas redistributivas, visto que a origem da pobreza brasileira não está na escassez, absoluta ou relativa, de recursos, mas na péssima distribuição de renda. Apesar dessas constatações, a experiência brasileira no combate à pobreza tem reforçado a via do crescimento econômico, com poucas estratégias que dêem prioridade à redução da desigualdade, implantadas, sobretudo, no governo Lula. Isto permite entender porque no limiar do século XXI, conforme salientaram Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2001, p.23), o Brasil "não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução paralela da abundância e da escassez é a nova característica da geografia das desigualdades no Brasil, forjada e sustentada por uma conjugação de fatores aqui discutidos. Tomados como elementos importantes, mas não exclusivos, para explicar o quadro nacional injusto e desigual estão a modernização seletiva da agricultura, a concentração fundiária, a periferização da pobreza, o privilégio das políticas governamentais à agricultura de exportação e a concentração da renda.

A modernização seletiva da agricultura atingiu, excepcionalmente, regiões com possibilidades de expansão em escala empresarial. Créditos agrícolas e subsídios fiscais, em sua maioria, foram direcionados para a expansão de culturas de exportação. Se por um lado, assistiu-se uma revolução na produção e na produtividade agrícola, por outro, acentuou-se a dependência do território brasileiro aos interesses das grandes corporações multinacionais. O resultado se manifestou na expropriação de camponeses e de agricultores familiares, no êxodo rural, no comprometimento da produção de gêneros alimentícios básicos da sociedade brasileira e na politização e organização de movimentos que lutam, sobretudo, pela transformação radical das novas territorialidades modernas no meio rural.

A concentração da terra, intensificada nas áreas modernas, é notória também em áreas de baixo desenvolvimento econômico cujas estruturas arcaicas persistem e são controladas pelo poder político de oligarquias tradicionais. O modelo político ainda protege os

grandes latifúndios improdutivos e privilegia aqueles com a monocultura exclusivista e a pecuária extensiva, corroborando, desta forma, para que os agricultores familiares, vinculados à exploração extensiva da terra, busquem estratégias alternativas de sobrevivência, sejam como posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados nas grandes fazendas, migrantes sazonais ou, ainda, como migrantes para os centros urbanos. O que torna urgente a discussão acerca da revisão do sistema fundiário brasileiro, que deve se basear numa releitura das relações jurídicas e políticas no campo e na compreensão da terra como instrumento de trabalho.

O êxodo rural, não obstante a sua redução acentuada desde a década de 1980, combinado à especulação imobiliária e a uma política habitacional que não é capaz de atender à demanda das classes mais carentes, contribui para a ampliação da periferização/fragmentação das cidades. Se nas décadas anteriores a 1960, a pobreza e a fome estavam concentradas, em sua maior parte, no campo e nos pequenos aglomerados urbanos, como conseqüência do crescimento descontínuo das cidades a partir de 1960, grandes bolsões de excluídos se configuraram nas metrópoles, trazendo à tona uma nova geografia da centralidade e da marginalidade. O caráter marginal e periférico da população pobre se manifesta na vida social urbana e na morfologia espacial da cidade.

O privilégio das políticas governamentais à agricultura de exportação tem incentivado, a pretexto da necessidade de uma balança comercial superavitária, o crescimento da produção e da produtividade de um setor agropecuário que, em vários casos, visa atender gostos sofisticados ou, ainda, suprir a nutrição animal em mercados externos. As políticas agrícolas têm obtido mais êxito em incentivar a produção de alimentos do que a sua distribuição de maneira adequada e a persistência de elevadas taxas de população subnutrida revela a dialética entre abundância e escassez num país dotado de uma das maiores áreas agricultáveis do mundo. A extensão do problema exige provisão imediata das necessidades básicas, mas também uma avaliação séria e crítica acerca das políticas de incentivo à agricultura familiar e de distribuição de renda.

A significativa alteração das paisagens rural e urbana do país não foi capaz de disseminar, de forma ampla, os direitos universais aos lugares atingidos pela fome e pela miséria, sobretudo, às periferias urbanas e às zonas rurais mais afastadas dos centros econômicos. Persiste ainda uma triste realidade no país: o de ser portador de uma das piores distribuições de renda no mundo. A condição de um país com muitos pobres só pode ser compreendida no âmbito da elevada magnitude da desigualdade de renda que permanece rígida devido ao desenvolvimento e à persistência dos fatores anteriormente analisados.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRATOS, N. World food and agriculture: Outlook for the medium and longer term. **PNAS - Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, vol. 96, n. 11, may 1999, p.5908-5914. Disponível em: <http://www.pnas.org/content/96/11/5908.abstract>. Acesso em: 05 fev. 2009.

ARAÚJO, T. B. de. Nordeste, nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, R. de B. A. (Ed.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap, 1995, p. 125-56.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo**: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3v.

CARNEIRO, P. A. S. **Conquista e Povoamento de uma Fronteira**: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais, 1694-1835. 2008. 278 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARNEIRO, P. A. S; PEREIRA, M. V. F. Território da Desigualdade: Pobreza, Fome e Concentração Fundiária no Brasil Contemporâneo. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 2, p. 255-70, maio/ago. 2005.

CPT. **Brasil Conflitos no Campo 2007**. Brasília: CPT, 2008.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

DAVIS, M. Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal. In: SADER, Emir (Org.). **Contragolpes**: seleção de artigos da New Left Review. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** São Paulo: Ícone, 1985.

FAO; INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: FAO e INCRA, 1994.

FGV. **Mapa do Fim da Fome**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

HOBSBAWN, E. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Pesquisa Mensal de Empregos. **Comunicação Social***,* Rio de Janeiro, IBGE, p.1-3, 25 maio 2005.

_____. **Censo Demográfico de 2000***.* Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 05 dez. 2008.

_____. **Censo Agropecuário de 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 10 jan. 2009.

_____. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 10 mai. 2009.

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 28 jan. 2009.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. **Espaço e Política**: o Direito à Cidade II. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre População**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARICATO, E. **Metrópole na Periferia do Capitalismo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARTINE, G. As Migrações de Origem Rural no Brasil. In: NADALIN, S. O.; MARCÍLIO, M. L.; BALHANA, A. P. (Orgs.). **História e População**. São Paulo: SEADE, 1990, p.16-26.

MARX, K. **A Origem do Capital**: a acumulação primitiva. São Paulo: Global, 1978.

MERRICK, T. W.; GRAHAM, D. **População e Desenvolvimento Econômico no Brasil de 1800 até a atualidade**. São Paulo: Jorge Zahar, 1981.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

PAES DE BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, n.800, jun. 2001.

PNUD. **World Report about the Human Development**. New York: PNUD, 1998.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD; IPEA e FJP, 2003.

RAMALHO, M. L. Uso do Território: Técnica e Fome. In: SOUZA, M.A.A. (Org.) **Território Brasileiro***:* Usos e Abusos. Campinas: Territorial, 2003, p.548-60.

RAMONET, I. Estratégias da Fome. **Le Monde Diplomatique**, Paris, p. 3-5, nov. 1998.

ROCHA, S. Pobreza e Desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, IPEA, n. 721, abr. 2000.

_____. Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.34, n. 1, jan/mar. 2003.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Ática, 1989.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SORRE, M. Prefácio. In: CASTRO, J. de. **Geopolítica da Fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. São Paulo: Brasiliense, 1965, p. 7-12.

STEDILLE, J. P. A fome e a reforma agrária. In: FERNANDES, B. M.; GONÇALVES, C.W. P. (Org.). **Josué de Castro**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p.40-65.

TASCHNER, S. P.; BOGUS, L. M. M. São Paulo, uma metrópole desigual. **EURE**, Santiago, v. 27, n. 80, p. 87-120, maio 2001.

Recebido em fevereiro de 2009
Revisado em maio de 2009
Aceito em junho de 2009